

Educar para o trabalho: um breve estudo sobre o ensino profissionalizante na era Vargas (1930-1945) e no governo JK (1956-1961)

Ana Carolina Godinho dos Reis¹
Caio Augusto Toledo Padilha²

I – O contexto político na Era Vargas e no governo JK.

O cenário político dos anos 1930, 1940 e 1950 no Brasil é deveras conturbado e quase sempre frequentado pelos mesmos personagens políticos. Desde os anos 1930, esses personagens encontravam-se em altos postos do poder, com grande influência política em seus estados de origem, embora ainda não houvesse, por força do Estado Novo, a existência dos dois partidos (PSD e PTB) que viriam dar sustentação política ao segundo governo Vargas (1951-1954) e ao governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Até mesmo a oposição ao primeiro período Vargas (1930-1945) manteria a posição e se organizaria em 1945, com a redemocratização do país, na UDN (União Democrática Nacional) e daria continuidade aos embates ideológicos com os pessedistas e petebistas.

As conturbações vinham da instabilidade política causada pelas incontáveis articulações golpistas que faziam parte da história do país desde o início da República. O próprio Vargas seria um dos principais responsáveis pela formação da Aliança Liberal e consequente deposição do presidente Washington Luiz em 1930 em um processo revolucionário marcado pelo anseio de romper com a política do “café com leite”, pondo fim à “República das Oligarquias” e promovendo transformações na realidade socioeconômica brasileira. É o que nos mostra Mendes:

Getúlio Vargas soube aproveitar-se de uma situação interna de quebra da hegemonia do grupo social fundamental para, a partir do alto, comandar a implementação de um novo projeto de país. Sua ação executiva culminou com a criação de um Estado forte e modernizador, apto a exercer o controle social e intervir economicamente. (MENDES, 2005).

Ao passo que naquele momento da história, alegando irregularidades no pleito e tendo perdido seu vice presidente por assassinato, Vargas aproveita a comoção popular, dá um golpe de estado em 03 de outubro de 1930 e se torna presidente provisório, rompendo com a ordem em detrimento de um novo programa para o país, mais tarde ele se incumbiria de evitar manifestações políticas opositoras.

É o que ocorre em 1934, quando outros grupos (comunistas e integralistas) passam a

¹Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Unicamp. É bolsista PIBIC na área de História da Educação, sob orientação do prof. José Claudinei Lombardi. E-mail: anacarol.reis86@gmail.com

² Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Unicamp e em licenciatura em História pelo Centro Educacional Claretiano. É bolsista PIBIC na área de História da Educação, sob orientação do prof. José Claudinei Lombardi. E-mail: padilha.caio@hotmail.com

fazer parte efetiva do cenário político brasileiro a partir da formação da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira. Vendo em ambos grupos uma ameaça crescente aos seus interesses políticos, em 1937, Getúlio promove um segundo golpe de estado e usa o artifício do Estado Novo, cujas influências são marcadamente fascistas para redigir uma nova Constituição, centralizando o poder em suas mãos.

A partir de então, Vargas se aproveita das alianças realizadas com setores mais conservadores da sociedade e realiza um conjunto de políticas assistencialistas que viria a aproximá-lo também das classes trabalhadoras e culminariam na fomentação de um ideário desenvolvimentista ancorado no populismo e, portanto, a escola seria um importante instrumento de disseminação ideológica. (Cf. GADOTTI, 1987).

Neste período surgem, entre outras coisas, as leis trabalhistas e o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante, o que resulta em grande prestígio popular ao Presidente. Valendo-se disso, Vargas domina a cena política, ganha conhecimento internacional ao flertar com nazistas e fascistas durante a Segunda Guerra e de forma maquiavélica, acaba conseguindo recursos junto aos EUA (trocar o apoio pela aliança na grande guerra) para implantar um programa de industrialização de base no país.

Entretanto, é importante dizer que para chegar ao poder Vargas se aliou a diferentes grupos políticos que estavam em cena no país, como os constitucionalistas e os nacionalistas. Estes grupos tinham objetivos diferentes e queriam que suas reivindicações fossem aceitas. Além disso, a heterogeneidade desses grupos refletia no governo, pois o presidente tinha que ceder em alguns aspectos para que todos fossem satisfeitos e o apoio continuasse. Esses grupos eram formados pelos Constitucionalistas e Nacionalistas.

As forças que levaram Vargas ao poder em 1930 eram heterogêneas, não possuindo um ideário comum. Essa coalizão de grupos heterogêneos, que fizeram a revolução, explica em partes as oscilações do comportamento de Getúlio, que para sustentar-se no poder teve que fazer concessões a todas elas, em grau diretamente proporcional às contribuições que cada uma poderia dar para a manutenção de sua liderança. (CUNHA, 1981, 24)

A partir de 1934, com a eminência de uma nova Constituição, outros grupos passam a fazer parte do cenário político brasileiro, tais como os comunistas, com o movimento da Aliança Nacional Libertadora e os integralistas, cujo caráter era fascista. Vendo nesses grupos uma possível ameaça para as próximas eleições, por estes entre outros motivos, em 1937, Getúlio Vargas dá um novo golpe de Estado e centraliza o poder em suas mãos.

[...] a duplicidade de seu governo só serviu para radicalizar as posições revolucionárias, agora agravadas pela descontentação da esquerda e direita nascentes. (ROMANELLI, 1991, p.50)

Após esses fatos Vargas ganhou ainda mais apoio da população, fortalecendo cada vez mais

seu governo. Entretanto, a partir de 1937, sob fortes pressões para abertura de eleições, Vargas marca as eleições e sua saída da presidência marca o fim do Estado Novo.

II – O governo Vargas e a educação

Se em âmbito político Vargas causou transformações, no âmbito educacional não foi diferente, pois foi a partir de seu governo que o país passou a dar uma atenção mais significativa para a educação, que até então não era fruto de preocupação política. A educação na década de 30 podia ser vista como:

[...] Retratando a sociedade, o sistema educacional brasileiro, fora até então, um sistema acentuadamente dualista: de um lado, o ensino primário, vinculado às escolas profissionais, para os pobres, e, de outro, para os ricos, o ensino secundário articulado ao ensino superior, para o qual preparava o ingresso. (ROMANELLI, 1991, p.67)

Para cuidar da educação Vargas contou com dois grandes nomes: Francisco Campos e Gustavo Capanema, ambos, Ministros da Educação e Saúde. As reformas implementadas por eles não foram tão significativas quanto se era de esperar, mas não deixam de ter uma grande importância no cenário educacional do país.

O Ministério da Educação e Saúde foi um órgão criado por Vargas em 1931 e teve como ministro Francisco Campos. A principal mudança deste foi no ensino secundário, no qual ampliou seu funcionamento para sete anos, sendo que destes, cinco anos teria um currículo comum e a partir do sexto os alunos deveriam escolher uma área de interesse (exatas, humanas ou biológicas). De acordo com o ministro, o ensino secundário tinha como maior objetivo formar trabalhadores para os vários setores nacionais e permitir que o indivíduo desenvolvesse certos hábitos que o permitisse tomar decisões. Esse ensino exigia uma série de provas e exames, tornando-se assim um ensino muito seletivo e voltado para a elite.

De fato, para um contexto social que começava a despertar para os problemas do desenvolvimento e da educação numa sociedade cuja maioria vivia na zona rural e era analfabeta e numa época em que a população da zona urbana ainda não era totalmente atingida, nem sequer pela educação primária, pode-se imaginar a camada social para a qual havia sido elaborado um currículo assim tão vasto. (ROMANELLI, 1991, p.136)

Foi durante o mandato de Campos no ministério da Educação, que o Brasil começou a investir no ensino profissional, organizando o ensino comercial em 1931, dando início ao desenvolvimento do ensino profissional no país. Para entrar nesse curso era necessário que o aluno prestasse um exame de admissão. Além do ensino secundário, o então ministro foi responsável pela organização do ensino superior no Brasil, adotando o regime universitário e criou a Universidade do Rio de Janeiro, em 1931 e criou o Conselho Nacional de Educação.

Outra incumbência delegada a Francisco Campos foi quanto a Constituição de 1934, que

teve como pano de fundo as discussões entre católicos e escolanovistas. A disputa entre católicos e escolanovistas começou em 1932 quando intelectuais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Sampaio Dória, entre outros, lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Estes buscavam a construção de uma educação nacional, laica, pública e de caráter naturalista. O movimento renovador:

[...] Refletia ele, pois o pensamento pedagógico dos representantes dessa nova situação que tiveram a lucidez de equacionar o problema das relações entre a escola e a nova ordem social, política e econômica. (ROMANELLI, 1991, p.151)

Católicos e escolanovistas travaram uma disputa ideológica e acabaram deixando as questões relativas à educação de lado.

Na realidade enquanto os católicos para atacar os pioneiros valiam-se de uma Encíclica feita para a Itália, os pioneiros, para atacar os católicos, valiam-se de argumentos tomados aos escritos dos teóricos estrangeiros da Escola Nova. Nesta polêmica a verdadeira realidade nacional parece ter ficado de lado. (CUNHA, 1981, p.90)

As discussões ocorriam no mesmo momento em que se discutia a nova Constituição, que no final agradou ambos os lados, como era de praxe no governo Vargas.

Tanto os educadores liberais quanto os católicos foram atendidos e, pelo que vimos, ambos os grupos parecem ter ficado satisfeitos, embora que a polêmica continuasse até que o golpe de Estado de 1937 interrompesse por alguns anos essa disputa, que seria retomada em 1945 com a redemocratização. (CUNHA, 1981, p.95)

Como podemos ver, as discussões ente católicos e escolanovistas continuaram até a constituição seguinte. Entre os anos 1935 e 1937, devido ao conturbado período político, já que Getulio Vargas dava um novo Golpe de Estado para se manter no poder, a educação não sofreu mudanças significativas nesse meio tempo. É importante ressaltar que mesmo no período de Francisco Campos, a educação que se desenvolvia não se preocupava com o ensino primário e muito menos com a classe trabalhadora, que por vezes ficava a margem do desenvolvimento educacional.

Gustavo Capanema foi o segundo ministro da Educação e Saúde do governo Vargas entre os anos de 1934 e 1945, com idéias liberais, foi um dos únicos ministros que não se deixou levar pelo autoritarismo que fazia parte do período. Como grande estudioso da educação brasileira, Capanema foi responsável por criar as maiores leis sobre educação que haviam sido formuladas no Brasil até então: as Leis Orgânicas, criou ainda o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Nacional do Livro, Faculdade de Filosofia, entre outras.

De todas as criações, as Leis Orgânicas foram o maior feito do período do Estado Novo e cobria todo o ensino do país, como o Ensino Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal e Agrícola. Também foi deste período a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O ensino profissionalizante era uma das grandes preocupações de Getúlio Vargas, pois para ele o ensino auxiliaria no desenvolvimento econômico, industrial e social do país. Este tipo de ensino reunia os cursos de ensino industrial, comercial e agrícola. Para entrar nesses cursos era necessário realizar um exame de admissão e eles não permitiam a entrada no curso superior.

Estes cursos eram divididos em fundamental, com duração de quatro anos e técnico com duração de três a quatro anos. Para se tornar mestre acrescentava-se dois anos de curso e para se tornar professor um ano. As escolas industriais deveriam localizar-se próximo à área industrial e as indústrias deveriam empregar aprendizes e oferecer cursos aos trabalhadores não qualificados.

Neste período a Confederação Nacional das Indústrias criou através do Decreto Lei 4.084/42, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O SENAI tinha como objetivo organizar e administrar o ensino industrial e era financiada pelas indústrias filiadas. Em 1942, o Decreto Lei 4.436, ampliou a rede de ensino do SENAI para transportes, comunicação e pesca. Também ampliou os cursos para aperfeiçoamento, especialização, reciclagem e formação de professores.

Ainda em 1942, o Decreto-Lei 4.984 estabeleceu que indústrias que tivessem mais de 100 empregados poderiam criar uma escola industrial. A partir desse momento surgiram as Escolas Técnicas Federais. Quatro anos depois, o Decreto Lei 8621, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e funcionava com os mesmos objetivos do SENAI.

Ao contrário do ensino técnico, que era voltado para a formação de trabalhadores, o ensino secundário, de acordo com o ministro Capanema, era voltado para a elite e formação dos futuros dirigentes do país. (CUNHA, 1981). A seletividade do curso por provas e exames também regulava a participação da classe popular nesse nível de ensino.

Esse ensino era oferecido em dois ciclos um ginásial, com duração de quatro anos e o colégio que era dividido em clássico e científico e previa as disciplinas de educação militar, religiosa (optativa) e moral e cívica.

É importante dizer, que essas disciplinas faziam parte do curso masculino, O curso feminino era oferecido em outro estabelecimento e tinham como foco o ensino doméstico.

A Lei Orgânica do ensino primário foi uma das principais reformas que ocorreram no período. Até então, o ensino primário era responsabilidade exclusiva dos estados, que não conseguia atender toda a demanda e a partir da Lei Orgânica do Ensino Primário, o Governo Federal começou a atuar nesse setor. Aprovada pelo Decreto Lei 8.529/46, esta lei foi responsável por criar o Fundo Nacional do Ensino Primário e as normas para redistribuição desse recurso. Esse fundo estabelecia que sua renda devia vir de tributos federais a serem criados e a partir de 1944, 5% dos impostos de consumo de bebidas deveriam ser destinados ao fundo.

Esta lei também estabelecia que o ensino primário deveria ser dividido em elementar, com

duração de quatro anos e um curso complementar com duração de um ano. Esse nível de ensino deveria ser freqüentado por crianças com idade entre 7 e 12 anos.

De acordo com a Lei Orgânica o ensino primário deveria ter relação com o contexto em que a criança estava inserida e deveria desenvolver cooperação, solidariedade e outras aptidões do aluno. Havia um currículo mínimo que deveria ser seguido pelas escolas, mas as especificidades regionais deveriam fazer parte do mesmo. A avaliação dos alunos deveria levar em conta seu rendimento durante o ano letivo e não deveria ser focado em provas.

Estados e Distrito Federal tinham autonomia para legislar sobre o ensino primário. Vale dizer que mesmo com a participação do governo federal neste nível de ensino, a Lei Orgânica não conseguiu resolver o problema do excesso de demanda e as poucas vagas para este ensino.

Se tomarmos por base a situação atual do ensino primário em relação a essas condições, não será difícil concluir que as exigências da Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 estavam muito além das reais possibilidades dos sistemas estaduais. Ainda que os estados tivessem maiores dotações orçamentárias para o setor educacional, seria impossível enfrentar, por exemplo, o problema do analfabetismo, de proporções e causas que extrapolavam o âmbito de responsabilidade da área de educação. (CUNHA, 1981, p.135)

As escolas de ensino primário eram divididas em escolas isoladas (uma turma), escolas reunidas (duas a quatro turmas e grupos escolares (mais de cinco turmas).

A Lei Orgânica do ensino normal não trouxe grandes transformações e tinha como objetivo formar professores para escolas primárias e dirigentes de escolas. Era dividido em dois ciclos, o primeiro com duração de quatro anos e que visava a formação de regentes e o segundo com duração de três anos para formar professores.

Já o ensino superior não esteve entre as Leis Orgânicas de Educação, mas nesse período houve através do Decreto-Lei no. 421/38, a regulamentação das instituições que deveriam oferecer cursos superiores. Para se obter uma autorização para funcionar como ensino superior o estabelecimento de ensino deveria cumprir uma série de requisitos sobre infra-estrutura e de demanda do mercado de trabalho e cultural. Como podemos perceber, no período Capanema o ensino superior não passou por mudanças significativas.

III – O governo JK e a educação para o trabalho.

Os anos JK significariam a consolidação do ideário nacional-desenvolvimentista a partir da base construída por Dutra e, sobretudo, por Vargas. O crescimento econômico alavancado pelo capital externo e pela implementação de um programa de industrialização pautado na instalação de indústrias de base no país, modificaria o cenário socioeconômico brasileiro, forçando o país a se urbanizar e o trabalhador, antes adaptado ao campo e, conseqüentemente, ao modelo

agro-exportador a se qualificar para os novos postos de trabalho.

O caráter transformador, que seria dado ao governo JK, se basearia no propagado slogan de sua gestão, “50 anos em 5”, em que se propunha um mandato voltado à elaboração de políticas públicas que viabilizassem a aceleração do crescimento econômico para 50 anos de desenvolvimento. A referência do governo JK para a elaboração dessas políticas seria o Plano Nacional de Desenvolvimento, documento que referendaria a atuação governamental em cinco grandes áreas: expansão dos serviços básicos de energia e transporte; industrialização de base; racionalização da agricultura; planejamento regional e urbano e educação. Para atingir as metas, o governo deveria regionalizar suas ações, tal qual nos mostra o próprio Kubitschek de Oliveira:

É certa a tendência moderna da eleição de determinadas regiões de países imensos, como o nosso para submetê-las a um tratamento especial, a um esforço coordenado e amplo de planejamento que oriente sua conquista e seu desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 1955, p. 223)

Neste elenco de prioridades que o governo deveria atuar, a educação ficou em plano secundário, bem como o social em seu todo. Ficaria claro que o então governo pensaria o desenvolvimento econômico como prioridade em detrimento do desenvolvimento social, seguindo o ideário proposto pelo ISEB. Para os intelectuais “isebianos” era preciso pensar um projeto para o país que integrasse diferentes áreas em um único objetivo: o desenvolvimentismo. Parte dos problemas sociais do país deveria ser solucionada para que se alcançasse o objetivo principal da agenda governamental e a outra parte receberia investimentos por consequência do propagado crescimento econômico. Desta forma, a chamada “meta 30” do “Plano de Metas” receberia pouca atenção do governo Kubitschek, embora esta devesse ser uma das viabilizadoras da agenda desenvolvimentista pela qual o país deveria passar.

Mesmo diante desta priorização dada ao econômico, era preciso propor políticas educacionais que atendessem as necessidades de qualificação das forças de trabalho para os postos na indústria e oferecessem formação para as elites dirigentes conduzirem o projeto nacional-desenvolvimentista. É esta a preocupação com o setor, que nos mostra o próprio Kubitschek de Oliveira, ainda em seu Plano Nacional de Desenvolvimento:

[...] A Educação para o Desenvolvimento é o quinto tema básico de nosso Plano Nacional de Desenvolvimento. A formação de elites dirigentes capazes de interpretar com objetividade as peripécias de nossa luta pela conquista de um continente tropical e o processo histórico de nossa formação social, e de influir, com novas táticas, no destino dessa luta e desse processo: a educação de elites e de massas para a realização de novas tarefas, impostas por novas forma sociais e novas técnicas de vida econômica, eis o objetivo a que nos impelem as circunstâncias do momento que vivemos. A suscitação acelerada de uma inteligência numerosa e de alto padrão de cultura e objetividade, constituída de homens aptos a dirigir e criar, dentro das atividades econômicas de administração e de política, deve constituir motivo de um esforço planejado, que oriente nossa juventude para o campo das atividades de maior importância e para as profissões de que mais necessitamos. (OLIVEIRA, 1955, p.41)

A partir dos dizeres do próprio Kubitschek, ficaria claro o objetivo da educação no novo governo. O ensino técnico-profissionalizante seria a principal ferramenta utilizada para a educação dos trabalhadores e o ensino superior abriria suas portas a um público majoritariamente pertencente às elites do país. Essa lógica promoveria apenas a afirmação de um sistema claramente desigual, notadamente marcado pela desqualificação do trabalhador, embora o discurso fosse outro, tratando o ensino técnico-profissionalizante como uma ferramenta de qualificação e de especialização para que o trabalhador pudesse exercer seu trabalho com máxima eficácia e qualidade nas indústrias. Sobre esse processo de formação do trabalhador no sistema capitalista, Acácia Kuenzer afirma:

A história da formação do trabalhador no capitalismo é a história de sua desqualificação. Fato esse apontado por Marx e que permanece encoberto nas obras economistas burguesas, cujo discurso é o da qualificação como resultado para o desenvolvimento do capitalismo. Para explicar esta história, Marx remonta ao surgimento da produção capitalista como um modo de produção caracterizado por determinadas relações de produção que trazem como um dos resultados a exploração do trabalho humano e a sua alienação. (KUENZER, 1995, p.32)

As transformações oriundas do processo de industrialização, inicialmente encampado por Getúlio e depois por JK, geraram fortes impactos na vida do brasileiro e o ideário de uma educação voltada para o trabalho já vinha desde o surgimento da Lei Orgânica do Ensino Industrial, cujo teor nortearia a elaboração das futuras políticas educacionais voltadas ao trabalhador, tentando eximir o governo do papel principal e transferindo, quase que totalmente, às indústrias a responsabilidade pela qualificação das forças de trabalho. Sobre isso, nos aponta Frigotto:

[...] Naquele momento, o ensino industrial das "escolas de aprendizagem" foi organizado pela Lei Orgânica do Ensino Industrial. A preocupação do governo era engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente. (FRIGOTTO apud ROMANELLI, 1997, p. 155).

Antes adaptado ao campo, o brasileiro agora deveria se acostumar ao ritmo urbano e entrar no mercado de trabalho, para isso a educação seria instrumento fundamental. Mais do que capacitar era preciso transformar o campestre em urbano. Àqueles que não aderiram às ondas de êxodo rural, acabaram marginalizados e relegados à miséria.

Até os tempos atuais identificamos os efeitos destas políticas, principalmente se levarmos em consideração o sem número de migrantes que partem do campo para a cidade em busca de oportunidades de trabalho que nem sempre se concretizam. Estes acabam miseráveis e ao invés de despertarem o interesse do governo para políticas que os libertem dessas condições, acabam por protagonizar índices de violência e pobreza nas capitais das regiões mais desenvolvidas.

As únicas possibilidades de elaboração de políticas educacionais que atingissem os setores mais pobres da sociedade vinham dos intelectuais escolanovistas, agora postados em cargos de alto escalão do governo federal e também presentes nas universidades, que vislumbravam a modernização do país a partir do investimento prioritário em políticas sociais. Estes pragmáticos entrariam em rota de colisão com o ideário desenvolvimentista proposto pelos “isebianos”, mas acabaram auxiliando na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do país. (Cf. CHAVES, 2006).

A influência escolanovista no período acabou por se dar além da atuação em esfera governamental. Nos anos 1950 os debates entre o modelo público *versus* privado na educação ganhavam as páginas de jornal, o ânimo dos acadêmicos e as discussões sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que era discutida desde o governo Dutra. O ápice das discussões se deu em 1959, com a publicação do manifesto “Mais Uma Vez Convocados”, redigido por intelectuais escolanovistas e intelectuais como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, retomando as bases do “Manifesto dos Pioneiros”, publicado em 1932, cujo teor fazia referência à defesa de um modelo de educação público, laico e gratuito, contrariando os interesses de uma elite defendida por nomes como Carlos Lacerda e o pensador católico Alceu Amoroso Lima.

As consequências do novo movimento não interferiram na elaboração das políticas educacionais do governo Kubitschek, mas expuseram àqueles que eram contrários a um projeto educacional mais abrangente. Tanto é, que a reação da Igreja Católica foi a de pedir ao governo federal, a demissão do educador Anísio Teixeira dos quadros do INEP e da CAPES. Neste momento, o governo contemporizou e manteve o intelectual em seus quadros governamentais. O resultado deste posicionamento teria importante desencadeamento na condução de políticas voltadas para a afirmação e expansão do ensino superior no período JK em contraponto a uma situação organizacional precária do ensino em outros níveis, como nos mostra Sanfelice:

[...] má organização do ensino; organização arcaica, antiquada e deficiente; ensino primário ministrado em dois, três e quatro turnos, reduzido a pouco mais do que nada; escolas técnicas em pequeno número e nível secundário desqualificado; problemas graves na rede física das escolas; professorado de nível primário e médio, geralmente mal preparado cultural e pedagogicamente, na grande maioria leiga e com salários não condizentes; proliferação desordenada e eleitoreira de escolas superiores e particulares (faculdades de filosofia); mais de 50% da população geral analfabeta e menos da metade da população escolar (7 a 14 anos) matriculada (5.700 milhões para um total de 12 milhões). (SANFELICE, 2007)

As tentativas de alteração desse quadro caótico se deram em três oportunidades: aumento da capacidade de investimento no ensino médio, sobretudo no técnico-profissionalizante (cuja verba

seria quadruplicada entre 1957 e 1959), a já citada transferência de responsabilidades para o setor industrial sobre a qualificação do trabalhador, dado o quadro político-econômico já sinalizado aqui e também o investimento no ensino superior, pois tanto a grande parte da classe média como as elites precisavam se qualificar para dirigir os rumos do país. Pouco ou nada seria realizado no ensino primário, havendo esforços esparsos para a eliminação do analfabetismo e mesmo no campo do aperfeiçoamento do trabalho docente as atuações foram ínfimas, contrariando parte dos ideais escolanovistas.

Desta forma, pode-se dizer que a grande contribuição do governo JK para a educação está na expansão do ensino superior. No decorrer de sua gestão, inúmeras instituições foram reconhecidas ou tiveram licença concedida para funcionar, neste caso não eram universidades que se formariam, mas faculdades privadas isoladas que ofereciam cursos “tradicionais” como direito, medicina, engenharia, filosofia, entre outros. Ficava evidenciada a tendência de o ensino superior ser privilégio dos mais abastados.

Há de se destacar o fato de que durante os anos JK, aderiu-se à lógica da federalização como forma de constituir novas universidades, pois as instituições de nível superior que pertenciam aos quadros estaduais geralmente eram isoladas e, por meio de decretos-lei e liberação de crédito para a construção e reforma de prédios, passaram a ser encampadas por uma suposta Universidade. Deste processo surgiram instituições como a Universidade de Goiás (Lei 3834-C/1960), a de Alagoas (Lei 3867/1961), do Espírito Santo (Lei 3868/1961), do Pará (Lei 3278/1957) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Lei 3848/1960), entre tantas outras.

A grande realização do então governo na área educacional consistiu na criação da Universidade de Brasília, um projeto inovador, marcado pelo ideal de universidade aberta, cuja associação entre ensino e pesquisa deveria ser sua marca principal. A UnB seria idealizada por parte da intelectualidade escolanovista e sobre o modelo de ensino a ser adotado pela nova instituição, Anísio Teixeira nos fala que a opção foi: “a da escola superior independente e auto-suficiente, governada pela sua oligarquia de professores e de tempo parcial” (1988, p.165).

Deve-se salientar que esta foi também a última realização no campo educacional promovida pelo governo JK, visto que o mandato se findaria em 1961. Desta forma, encerrou-se um período marcado pelo desenvolvimento econômico em detrimento do social e por tímidas políticas educacionais que promoveram a desigualdade social no país, distinguindo modelos de ensino entre trabalhadores e elite.

Considerações Finais

O ideário nacional-desenvolvimentista se consolidou no período compreendido entre 1945 e 1964. No entanto, as bases deste ideário foram constituídas por Getúlio Vargas e sua política de incentivo à industrialização e à modernização do país por meio de ações que fortaleciam uma identidade nacionalista. Ou seja, Kubitschek herdara um projeto nacional-desenvolvimentista, que viria a ser acelerado com sua gestão voltada ao crescimento econômico e a grandes obras.

Vargas havia se preocupado com a estruturação do sistema educacional brasileiro, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e, posteriormente, com as Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, que institucionalizariam um ideal de educação voltada ao trabalho para as classes populares e poucas ações destinadas ao ensino primário. Além dessas medidas, Getúlio se caracterizara como o “pai dos pobres”, executando políticas de cunho populista e se fortalecendo politicamente junto a praticamente todos os setores da sociedade.

Coube então a Juscelino Kubitschek dar continuidade ao projeto, que de certa forma fora desacelerado por Dutra e pelo próprio Getúlio em seu segundo mandato. As bases políticas de sustentação do governo JK eram as mesmas que haviam apoiado Getúlio e o seu Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano de Metas) se sustentava a partir das transformações socioeconômicas promovidas por Vargas no decorrer dos seus quinze anos de governo. Mesmo assim, o quadro educacional à época do governo JK era caótico, com grandes níveis de analfabetismo, alta taxa de evasão escolar, entre outras coisas (Cf. SANFELICE, 2007), consolidando o perfil pouco qualificado de grande parte da população que viria a ser requisitada para ocupar os postos de trabalho que surgiriam a partir da aceleração do programa de industrialização.

A saída de Kubitschek seria dar maiores subsídios à já conhecida política de incentivo ao ensino técnico-profissionalizante, promovida Vargas. Além disso, houve uma expansão do ensino superior voltado às elites, consolidando as diferenças entre modelos educacionais para os diferentes setores da população.

A partir destes elementos, pudemos então constatar a continuidade do projeto varguista na gestão Kubitschek e o fato que tanto Getúlio Vargas como Juscelino Kubitschek foram os precursores de uma política educacional que previa um modelo de ensino voltado ao trabalho para as classes trabalhadoras e outro modelo para as elites, caracterizado pelo acesso destas às instituições de ensino superior, com o intuito de que permanecessem na condução do projeto desenvolvimentista. (Cf. OLIVEIRA, 1955). Cabe-nos ressaltar que este mesmo tipo de política é adotado nos tempos atuais, em face do avanço capitalista e da crescente demanda por forças de trabalho. Desta forma, um modelo educacional posto há 50 anos se torna cada vez mais presente na realidade brasileira.

Referências Bibliográficas

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **Desenvolvimento e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 50**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf>>. Acesso em: 28 Abr. 2008.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. Cortez: Autores Associados. São Paulo, SP. 1981.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso**. Educação & Sociedade. Vol. 26. n. 92. Out. 2005. Campinas.

GADOTTI, Moacir, **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. 5ª Edição. São Paulo; Cortez, 1987.

KUENZER, Acácia Zenaide. **Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador**. 4ª edição. São Paulo. Cortez, 1993.

MENDES, Rogério B. **Getúlio Vargas e o Desenvolvimento Nacional**. Perspectivas. Vol. 27. pp. 123-134. São Paulo. 2005.

OLIVEIRA, Juscelino K. **Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolai Ltda. 1955.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Vozes. Petrópolis, RJ. 1991.

SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história**. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n. 99, pp. 542-557. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302007000200013&script=sci_arttext&tlng=pt, Acesso em 16 de abr. De 2009.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados. 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Reforma universitária na década de 60**. In: _____. (1988). *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 161-187.

